



# COMIDA DE VERDADE NAS ESCOLAS DO CAMPO E DA CIDADE

APRENDIZADOS DE PESQUISA-AÇÃO  
EM NOVE TERRITÓRIOS BRASILEIROS



ARTICULAÇÃO  
NACIONAL DE  
AGROECOLOGIA



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Comida de verdade nas escolas do campo e da cidade : aprendizados de pesquisa-ação em nove territórios brasileiros / organização e análise de dados e elaboração do texto Vanessa Schottz...[et al.] ; coordenação Flavia Londres ; ilustrações Raro de Oliveira, Frederico Cavaliere, Beatriz Cancian. -- Rio de Janeiro : AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2023.

Vários autores.

Outros organizadores: Juliana Casemiro, Morgana Maselli, Flavia Londres.

Vários colaboradores.

ISBN 978-65-89039-34-1

1. Agricultura familiar 2. Alimentação escolar  
3. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil)  
4. Segurança Alimentar e Nutricional, SAN - Brasil  
I. Schottz, Vanessa. II. Casemiro, Juliana.  
III. Maselli, Morgana. IV. Londres, Flavia.  
V. Oliveira, Raro de. VI. Cavaliere, Frederico.  
VII. Cancian, Beatriz.

23-176976

CDD-361.050981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Segurança alimentar e nutricional: Bem-estar social 361.050981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



# COMIDA DE VERDADE NAS ESCOLAS DO CAMPO E DA CIDADE

APRENDIZADOS DE PESQUISA-AÇÃO  
EM NOVE TERRITÓRIOS BRASILEIROS



ARTICULAÇÃO  
NACIONAL DE  
AGROECOLOGIA



FBSSAN

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

25 ANOS

# FICHA TÉCNICA

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) estimulam a livre circulação deste texto. Sempre que for necessária a sua reprodução total ou parcial, solicitamos que o documento *Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade: aprendizados de pesquisa-ação em nove territórios brasileiros* seja citado como fonte. A versão eletrônica deste documento está disponível nos sites <https://agroecologia.org.br> e <https://fbssan.org.br>.

## **Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade: aprendizados de pesquisa-ação em nove territórios brasileiros**

### **Coordenação editorial**

Flavia Londres

### **Revisão técnica**

Viviane Brocharadt

### **Revisão de texto**

Hugo Maciel

### **Projeto gráfico, capa, diagramação**

Raro de Oliveira

### **Ilustrações**

Raro de Oliveira, Frederico Cavaliere e Beatriz Cancian



### **Organização e análise de dados e elaboração do texto**

Vanessa Schottz

Juliana Casemiro

Morgana Maselli

Flavia Londres

### **Análise de dados e organização de mapa interativo**

André Biazoti

Helena Lopes

### **Grupo de trabalho de metodologia da pesquisa-ação**

Vanessa Schottz / FBSSAN

Juliana Casemiro / FBSSAN

Morgana Maselli / ANA

Flavia Londres / ANA

### **Organizações de assessoria que participaram da pesquisa-ação**

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia (PR); Associação Agroecológica Tijupá (MA); Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) (MG); Diaconia (PE); FASE - Solidariedade e Educação (MT); Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) (RJ e SP); Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) (MG); e Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) (BA).

### **Pesquisadoras/es**

Adilson Alves Viana; Anildes Lopes Evangelista; Carlos Antônio Bonfim Pereira; Cidvania Andrade de Oliveira; Débora Evellyn Olímpio; Erika Fernanda Liberato do Nascimento; Lindomar de Oliveira Alves; Luana Carvalho Silva; Luiza Damigo; Marcelo Oliveira de Almeida; Neidiane Pereira dos Santos; e Sílvia Mara Woiciechowski.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
Comida de verdade nas escolas do campo e da cidade: o que nos ensina o PNAE?.....	7
Organizações que atuaram na pesquisa-ação .....	7
Objetivos de pesquisa e de ação.....	9
Para comunicar os aprendizados .....	9
<b>CAMINHO METODOLÓGICO</b> .....	11
O ponto de partida .....	11
Os pontos de encontro .....	14
Cada ponto de vista é a vista de um ponto .....	15
Quem conta um conto aumenta um ponto: ações de comunicação.....	18
<b>CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO PARA O PNAE NOS TERRITÓRIOS DA PESQUISA-AÇÃO COMIDA DE VERDADE</b> .....	21
Morros (MA).....	21
São José do Egito (PE).....	22
Remanso (BA).....	23
Cuiabá (MT) .....	24
Belo Horizonte (MG).....	25
São João das Missões (MG).....	26
Paraty (RJ).....	27
Ubatuba (SP).....	28
São João do Triunfo (PR) .....	28
Panorama da aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE .....	30
Pensando o PNAE frente aos seus (nem tão) novos desafios.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	48
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	49



# INTRODUÇÃO



## COMIDA DE VERDADE NAS ESCOLAS DO CAMPO E DA CIDADE: O QUE NOS ENSINA O PNAE?

O Projeto Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade foi desenvolvido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) juntamente com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e outras organizações parceiras. Trata-se de uma experiência de pesquisa-ação acerca da inserção dos produtos da agricultura familiar e agroecológicos na alimentação escolar brasileira por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

### Organizações que atuaram na pesquisa-ação

**Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)**

**Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)**

**Associação Agroecológica Tijupá**

**Diaconia**

**Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (SASOP)**

**FASE - Solidariedade e Educação**

**Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas de Minas Gerais (REDE)**

**Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM)**

**AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia**

**Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS)**

A proposta surgiu no marco dos dez anos da Lei n. 11.947/2009 com o propósito de analisar experiências de comercialização de alimentos para o PNAE, buscando entender os desafios, os avanços e as inovações na sua implementação, tanto na perspectiva das organizações da agricultura familiar quanto das/os gestoras/es públicas/os. Contudo, como o período de desenvolvimento das atividades de campo (2019-2023) coincidiu em grande parte com o contexto da pandemia da Covid-19, as atividades junto às/aos gestoras/es foram parcialmente afetadas.

O marco legal do PNAE representa uma conquista da sociedade civil organizada e é considerado uma das políticas públicas mais exitosas de construção de mercado institucional (SCHOTTZ; CASEMIRO, 2015). Ao prever que ao menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios no âmbito do PNAE devem ser utilizados para aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, destaca-se como potente estratégia de promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Por outro lado, ao ampliar o acesso a alimentos produzidos localmente, possibilita o acesso a alimentos *in natura* e culturalmente referenciados, ampliando oportunidades para a viabilização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A partir da sistematização do estudo acerca das experiências de fornecimento e aquisição, foram reunidos aprendizados múltiplos que, nesta publicação, são divulgados com o intuito de inspirar e contribuir para o desenvolvimento de outras iniciativas em curso e de incentivar posturas proativas da sociedade civil organizada e de gestoras/es públicas/os em defesa da execução e contínuo aprimoramento do PNAE e dos instrumentos de compras públicas de alimentos.

Com o golpe contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, inaugurou-se no Brasil um período de desmonte, esvaziamento e redução expressiva do orçamento de políticas públicas, incluindo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e outros programas e ações estratégicos para a agricultura familiar, como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A atual conjuntura de retomada do processo democrático, estabelecida a partir da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, nos permite reafirmar a luta pela recomposição dessas políticas estratégicas, em especial pela garantia de comida de verdade em todas as escolas brasileiras. É fundamental reafirmar as obrigações do Estado quanto ao fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, quanto a políticas de educação e saúde e programas públicos de abastecimento alimentar, bem como quanto ao papel da sociedade civil organizada para pressionar os governos para o cumprimento da lei e para a garantia do sucesso dessa política pública.

## Objetivos de pesquisa e de ação

A fim de direcionar o foco de pesquisa e de ação, foram estabelecidos os objetivos sintetizados no Quadro 1.

### Quadro 1 - Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade

OBJETIVO DE PESQUISA	OBJETIVO DE AÇÃO
Analisar, por meio da pesquisa-ação, como as experiências de aquisição e fornecimento de alimentos da agricultura familiar e/ou agroecológica na alimentação escolar podem fomentar a agroecologia nos territórios, promover processos organizativos e incentivar ações de educação e comunicação nos municípios.	Promover ações em rede, a partir das demandas e iniciativas identificadas na pesquisa-ação, visando qualificar e ampliar a inserção de alimentos da agricultura familiar e agroecológicos na alimentação escolar e fortalecer a capacidade de comunicar os benefícios da agroecologia na promoção da alimentação saudável e na interação entre campo e cidade.

## Para comunicar os aprendizados

Terminar a coleta e análise de dados não finda os processos desencadeados pela pesquisa-ação porque são experiências vividas e vivas de territórios de luta que vibram com as possibilidades de construir uma existência mais justa, saudável e sustentável.

Dessa forma, este documento apresenta sínteses provisórias e muito vigorosas que partem dos gargalos e barreiras relacionados à efetivação da aquisição de alimentos da agricultura familiar e agroecológica pelo mercado institucional da alimentação escolar, apontando caminhos e estratégias de superação que brotam de experiências pautadas na luta, mobilização e articulação de saberes diversos.

Nesse sentido, essa publicação apresenta o conjunto de aprendizados desses anos de trabalho, que apontam para a necessidade de valorização dos produtos regionais, artesanais e agroecológicos; das iniciativas de grupos produtivos de mulheres, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; das estratégias de fortalecimento dos mercados institucionais locais e dos circuitos curtos de comercialização; e da construção de canais múltiplos e diversos de diálogo entre a sociedade civil e a gestão local do PNAE.

Os registros dessa pesquisa-ação reafirmam a relevância do PNAE na promoção da saúde das crianças e das/os jovens que frequentam escolas públicas; no fortalecimento de organizações de agricultura familiar e do campo agroecológico, em especial dos grupos produtivos de mulheres; na geração de renda entre comunidades agricultoras; no fomento à produção local; e na conservação da sociobiodiversidade.

*Desejamos uma boa leitura!*



## CAMINHO METODOLÓGICO



### O PONTO DE PARTIDA

O caminho dessa pesquisa-ação se inicia pela decisão política da ANA e do FBSSAN de registrarem possibilidades e barreiras para a efetivação da aquisição de alimentos da agricultura familiar e da agroecologia no marco dos dez anos da Lei n. 11.947/2019. A opção pela pesquisa-ação vem da constatação de que os territórios expressam sabedorias e aprendizados de processos que se deseja ver traduzidos em transformação (BRANDÃO, 2006). Esses territórios se tornam, assim, um *locus* importante para um exercício de pesquisar-ensinar-aprender, característico das pesquisas participantes (STRECK, 2006, p. 266).

O aspecto participativo da pesquisa-ação está presente em todo o seu percurso (THIOLLENT, 1988) e, dessa maneira, ficou colocado o primeiro desafio: de que forma iniciar e fortalecer o engajamento efetivo e radical desses territórios, bem como das gentes que fazem o PNAE ser uma das políticas públicas mais inspiradoras e com maior amplitude no campo da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional?

Dessa forma, o ponto de partida foi uma oficina com representantes da ANA, do FBSSAN e de organizações parceiras para a construção coletiva dos objetivos (de pesquisa e de ação) e dos critérios e estratégias metodológicas de identificação e seleção das experiências que fariam parte da pesquisa-ação.

## Critérios de inclusão dos territórios na pesquisa-ação:

1. Compra da agricultura familiar para o PNAE funcionando com algum aspecto de êxito (por exemplo: alimentos variados, compra de alimentos locais, relações institucionais interessantes e estratégias inovadoras).
2. Entidade Executora (secretaria municipal ou estadual de educação) ou Unidade Executora (nos casos em que a gestão é escolarizada, sendo a própria escola quem gere os recursos e a execução do Programa) aberta ao diálogo e com interesse em ampliar a compra da agricultura familiar.
3. Recorte geográfico com ações de organizações da ANA presentes nas diferentes regiões brasileiras.
4. Ter ao menos uma escola parceira de organizações locais articuladas na ANA.
5. Diversidade das iniciativas de execução do PNAE. Por exemplo: fornecimento para municípios (gestão municipal ou estadual) de diferentes portes populacionais, tipo de gestão dos recursos (centralizada e escolarizada), dinâmica organizativa dos fornecedores, sujeitos da agricultura familiar variados, grupos de mulheres com protagonismo na comercialização).

Como pode ser observado, o conjunto de critérios que orientou a seleção dos **territórios da pesquisa-ação**, buscou combinar aspectos relacionados às dinâmicas de funcionamento e à atuação de organizações da agricultura familiar com as experiências concretas de fornecimento para um programa de alimentação escolar de gestão municipal ou estadual.

Entende-se por **território da pesquisa-ação** a área de abrangência de atuação das organizações participantes e suas experiências de fornecimento para o PNAE. Nesse sentido, a ideia de “território” interage com as estratégias de gestão local do PNAE, sejam elas municipais ou estaduais, ou aquelas em que a própria escola é a unidade executora do PNAE (gestão escolarizada).

**Quadro 2** - Territórios da Pesquisa-Ação Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade e experiências de fornecimento de alimentos da agricultura familiar e agroecológicos para o PNAE

<b>TERRITÓRIOS DA PESQUISA-AÇÃO COMIDA DE VERDADE NAS ESCOLAS DO CAMPO E DA CIDADE</b>			
<b>LOCALIZAÇÃO</b>		<b>ORGANIZAÇÕES DE ACESSORIA</b>	<b>EXPERIÊNCIA DE FORNECIMENTO E AQUISIÇÃO</b>
<b>Amazônia</b>	Morros MA	Associação Agroecológica Tijupá	Fornecimento de alimentos produzidos pela Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Povoado Patizal, Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Povoado Mirinzal e grupos de mulheres que produzem para a rede municipal de educação de Morros.
	São José do Egito PE	Diaconia	Fornecimento de alimentos produzidos pela Associação de Apicultores e Meliponicultores Orgânicos do Alto Pajeú (Apomel) para a rede municipal de educação de São José do Egito.
<b>Nordeste</b>	Remanso BA	Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (SASOP)	Fornecimento de alimentos produzidos pela Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Remanso (APPR) e grupos de mulheres que produzem para a rede municipal de educação de Remanso.
	Cuiabá MT	FASE - Solidariedade e Educação	Fornecimento de alimentos pela Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) e pelo Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) para 73 escolas estaduais localizadas na capital, Cuiabá, cuja gestão é escolarizada.
<b>Sudeste</b>	Belo Horizonte MG	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas de Minas Gerais (REDE)	Aquisição de alimentos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e pela Secretaria Municipal de Educação para a rede municipal de ensino público.
	São João das Missões MG	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM)	Fornecimento de alimentos produzidos por indígenas para escolas estaduais (gestão escolarizada) localizadas na Terra Indígena Xacriabá em São João das Missões.
	Ubatuba SP	Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS)	Fornecimento de alimentos produzidos pela Associação dos Bananicultores de Ubatumirim (ABU) para a rede municipal de educação de Ubatuba.
	Paraty RJ	Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS)	Fornecimento de alimentos produzidos pela Associação Agroecológica de Produtores Orgânicos de Paraty (AAPOP) e pela Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC) para a rede municipal de educação de Paraty.
<b>Sul</b>	São João do Triunfo PR	AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia	Fornecimento de alimentos pela Cooperativa Mista Triunfense dos Agricultores e Agricultoras Familiares (COAFTRIL) para a rede municipal de educação e para escolas estaduais localizadas em São João do Triunfo.

No que diz respeito à produção e à venda dos alimentos, é importante destacar que as/os agricultoras/es e organizações da agricultura familiar que venderam seus produtos para as prefeituras e/ou rede de ensino estadual não se localizavam, necessariamente, nesses nove municípios estudados. Isso porque a maneira de organização da produção da agricultura familiar tem uma característica muito mais territorial do que municipal. Uma organização representativa da agricultura familiar pode fornecer para uma prefeitura, por exemplo, alimentos produzidos em vários municípios do entorno, como podemos verificar no caso da experiência da Região Metropolitana de Belo Horizonte, relatada no próximo capítulo.

Com a inclusão dos territórios e organizações locais, a equipe de pesquisa cresceu e seguiram-se novas oficinas para construção de instrumentos e procedimentos metodológicos — incluindo roteiros, identificação de atores-chaves e pactuação de cronograma. As organizações locais ficaram incumbidas de ampliar ainda mais as equipes de pesquisa de modo a envolver atores locais ligados a execução, controle social e comercialização de alimentos no contexto do PNAE.

## Os pontos de encontro

Ao longo do percurso, foi sendo percebida a necessidade de registrar a riqueza das experiências e suas peculiaridades, garantindo, contudo, a unidade do processo. Essa pesquisa-ação teve um percurso longo, que se iniciou em 2019 e concluiu-se em 2023 — portanto, foi atravessada pela pandemia da Covid-19, com suas incertezas, barreiras e riscos que impactaram as possibilidades de sobrevivência das organizações no campo da agricultura familiar e da agroecologia, do PNAE e, sobretudo, das pessoas.

Do início ao fim da pesquisa-ação, em atividades ora presenciais e ora online (ou remotas), foram privilegiados os momentos de encontros e diálogos. Nesses pontos de encontro, os momentos e instrumentos de pesquisa eram recolocados, avaliados e ajustados segundo as necessidades do contexto.

Foi composto um **Grupo de Trabalho de Metodologia** (GT-Metodologia) com a equipe da Secretaria Executiva da ANA e integrantes do Núcleo Executivo do FBSSAN. Esse grupo mais enxuto ficou responsável pela organização das oficinas metodológicas, bem como pela construção de memórias e pela proposição de roteiros de coleta e análise de dados.

As **equipes locais** foram compostas por consultorias contratadas que atuaram com as equipes técnicas das organizações locais que integram a ANA. Juntas, ficaram responsáveis pela interlocução com gestoras/es do PNAE, lideranças locais, representantes de conselhos (Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs), Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), etc.), associações e cooperativas do campo da agricultura familiar e agroecológica.

Nesse caminho, seguindo as adaptações necessárias, foram cumpridos os quatro momentos principais de uma pesquisa-ação (THIOLLENT, 1988), como descrito no Quadro 3.

### Quadro 3 - Descrição das etapas da Pesquisa-Ação Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade

ETAPAS	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS
<b>Exploratória</b>	Reconhecer a realidade local e problemas relacionados.	Preenchimento do quadro-síntese e realização de análise documental, lançamento da pesquisa-ação nos territórios e oficina de formação.
<b>Aprofundamento</b>	Realizar levantamento e análise de dados qualitativos de forma aprofundada.	Preenchimento de dados para mapeamento no Agroecologia em Rede e levantamento de dados sobre a execução do PNAE durante a pandemia da Covid-19.
<b>Ação</b>	Promover ações em rede identificadas pela equipe ampliada da pesquisa-ação.	Realização de ações de incidência política local e nacional.
<b>Avaliação</b>	Apresentar a sistematização dos dados coletados, avaliar coletivamente os resultados e definir estratégias de ação/incidência.	Realização do Seminário nacional “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: Olhares a partir da Agricultura Familiar e Agroecologia no Brasil” (Viçosa - MG).
<b>Divulgação</b>	Promover a publicação dos resultados da pesquisa-ação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigo sobre alimentação escolar na pandemia, publicado no <i>Estadão</i> e no <i>El País Brasil</i>.</li> <li>• Duas edições do <i>Boletim Agroecologia em Rede</i>;</li> <li>• Artigo no <i>Anuário do Observatório da Alimentação Escolar</i>;</li> <li>• Artigo sobre o acesso das mulheres ao PNAE publicado em parceria com a FIAN Brasil e com o Observatório da Alimentação Escolar.</li> <li>• Publicação final da pesquisa-ação.</li> </ul>

## Cada ponto de vista é a vista de um ponto

A **etapa exploratória** correspondeu ao momento de chegada cuidadosa ao território da pesquisa-ação e foi direcionada ao reconhecimento da realidade e dos problemas locais. Para tanto, houve um processo de **formação foletiva das equipes locais** e de pactuação dos princípios e métodos de trabalho, como também foram ajustadas as ferramentas metodológicas propostas para cada fase da pesquisa-ação. Com todas/os alinhadas/os e no mesmo barco, foi se abrindo o caminho para o retorno aos territórios com um novo olhar para o PNAE e seus desafios.

Teve início nessa etapa o **mapeamento de atores** envolvidos na gestão e execução do PNAE em cada local e do papel de cada um. Esse mapeamento permitiu a realização de uma primeira aproximação sobre o funcionamento do Programa e, ao mesmo tempo, a identificação e o convite a outros atores para compor as equipes locais da pesquisa-ação.

Colaborando com essa mobilização, fez parte da metodologia a realização de atividades e ações de **lançamento local da pesquisa-ação**, cuja proposta era divulgar o que seria feito e engajar os atores locais.

Por fim, foram realizados o levantamento e a **análise documental**, incluindo: dados da execução do PNAE no município ou estado, dados da agricultura familiar local, documentos da gestão pública do Programa, legislação específica, um histórico das chamadas públicas lançadas, os últimos projetos de venda dos agricultores, posicionamentos e relatórios do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), entre outros.

Com esses dados, foram produzidos **quadros sobre a execução do PNAE** em cada localidade, destacando iniciativas de superação dos obstáculos identificados na implementação da compra da agricultura familiar, tanto na perspectiva da agricultura familiar quanto da gestão pública.

Com base nessas primeiras análises foi possível pensar, com a equipe local, no planejamento das ações seguintes. Que lacunas precisavam ser preenchidas na pesquisa? Que ações de incidência poderiam ser realizadas para melhorar a execução do PNAE e ampliar as compras e o fortalecimento da agricultura familiar naquela realidade?

A **etapa de aprofundamento** foi pensada como o momento em que as maiores ações e interações aconteceriam entre os sujeitos envolvidos na pesquisa. Foi um momento para aprofundar os olhares sobre as questões relacionadas ao fornecimento de produtos oriundos da agricultura familiar para o PNAE desde as perspectivas das/os agricultoras/es, da comunidade escolar, bem como das/os técnicas/os e gestoras/es públicas/os envolvidas/os na execução do Programa em cada localidade.

Com essa intenção, foi elaborada uma série de instrumentos e ferramentas metodológicas de forma a facilitar a construção de espaços seguros e coletivos para a coleta de informações e percepções. O foco estava na realização de oficinas reunindo os atores em momentos distintos para elaborar o fluxograma de compra e venda dos produtos, e na realização de grupos focais, com todos juntos para conversar sobre os gargalos identificados pelos grupos (agricultura familiar e gestão pública) e traçar estratégias de superação construídas coletivamente.

Esses instrumentos foram pactuados em oficina presencial que incluiu também o debate sobre a integração da **Plataforma Agroecologia em Rede (AeR)** como uma das estratégias para a etapa de aprofundamento. Para tanto, foi realizado um diálogo amplo e detalhado para a construção de um instrumento que contemplasse as diferentes formas de acesso à política pública e, ao mesmo tempo, evidenciasse as peculiaridades e potencialidades de cada uma das experiências. Após um extenso trabalho, o formulário foi aprovado.

O tempo de ir a campo, promover encontros e reuniões coincidiu com a chegada da pandemia da Covid-19 e a necessidade de distanciamento social, com o conseqüente cancelamento de qualquer encontro presencial. Diante disso, foi preciso um momento de pausa, seguido de uma reformulação das etapas da pesquisa-ação que estavam por vir. Depois da pausa que todas/os precisaram fazer para se reencontrar naquele contexto, deu-se prosseguimento às

atividades de forma virtual, incluindo o ajuste de instrumentos de coleta de dados e o cadastro na Plataforma Agroecologia em Rede.

Com os dados coletados, deu-se início à análise, pelo GT-Metodologia, gerando sínteses, gráficos e tabelas que serviram de insumo para a produção de dois **boletins informativos do AeR** (ANA, 2022a; ANA, 2022b). Essa tarefa exigiu bastante tempo e dedicação de todas/os as/os envolvidas/os e está disponível para consulta na Internet, podendo servir de exemplo e estímulo para outras ações.

Os boletins cumpriram um importante objetivo de democratização do conhecimento construído ao longo da pesquisa-ação, trazendo informações em infográficos e outras formas de visualização mais simples e diretas, explorando diferentes linguagens e narrativas para a compreensão e divulgação dos resultados da pesquisa.

Partindo do entendimento de que uma pesquisa-ação acompanha a realidade, as questões locais e o contexto, que se altera ao longo do tempo, foram compreendidos os impactos do contexto pandêmico sobre a metodologia e a dificuldade relacionada ao diálogo, tanto com gestoras/es como com agricultoras/es. Diante disso, e somado ainda ao fato de que, em alguns casos analisados pela pesquisa-ação, as compras da agricultura familiar foram totalmente canceladas nesse período, entendeu-se que havia a necessidade de se construir uma nova etapa de pesquisa, voltada exclusivamente para conhecer o que estava acontecendo em cada um dos municípios no período de suspensão das aulas ao longo de 2020.

Assim, foram desenvolvidos novos roteiros de coleta de dados que permitiram traçar um **panorama do funcionamento do PNAE durante a quarentena**. Esses dados foram relevantes local e nacionalmente, contribuindo para a construção de ações de incidência política ao longo de 2020 e 2021.

Apesar da pandemia, as ações e os debates entre a equipe envolvida foram fonte de nutrição para as lutas e mobilizações pela manutenção da compra da agricultura familiar nos territórios nesse período. Dentro dessa iniciativa, foi desenvolvida a campanha **Agricultura Familiar é Saúde na Alimentação Escolar**, que reforçou os laços de parceria da ANA com o FBSSAN e proporcionou alcance às ações de comunicação para fora do “meio agroecológico”.

A análise de dados foi realizada de forma transversal ao processo de pesquisa-ação, cumprindo papel importante da etapa de avaliação em ciclos compostos por: (1) leitura dos relatórios produzidos localmente; (2) produção de síntese pelo GT-Metodologia; (3) devolução sistematizada de informações para as equipes locais; e (4) refinamento de análise em oficinas com a equipe ampliada. Em cada um desses ciclos eram gerados relatórios, interpretações e atualizações dos instrumentos e estratégias de coleta de dados.

Por fim, a **etapa de divulgação** foi composta pela publicação dos boletins do Agroecologia em Rede, pela realização de um seminário nacional denominado **O Programa Nacional de Alimentação Escolar: olhares a partir da agricultura familiar e agroecologia no Brasil** e pela publicação de artigos. Também foi produzido um documento analítico com recomendações para ampliar o acesso das mulheres ao mercado institucional da alimentação escolar.



## Quem conta um conto aumenta um ponto: ações de comunicação

Compreendendo a comunicação como ação transversal a todas as etapas da pesquisa, integrá-la ao processo desenvolvido pelas organizações no decorrer da iniciativa **Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade** foi um dos desafios assumidos pela ANA. Em 2019, comunicadoras/es de organizações da ANA e integrantes da Coletiva de Comunicação e Cultura da ANA apresentaram uma série de propostas para divulgar a iniciativa. A primeira delas foi o nome que batizou a ação, seguida da construção da logomarca e de um plano coletivo de produção de conteúdos e de divulgação, que previu lançamentos estaduais com o intuito de dar visibilidade local às ações que seriam desenvolvidas pela ANA — a exemplo da pesquisa-ação — e, ao mesmo tempo, fortalecer o PNAE como uma política pública estruturante. Ampliar os canais de diálogo com a sociedade sobre a importância do Programa e sobre a sua defesa, e socializar as iniciativas exitosas em curso foram alguns dos pilares do plano coletivo.

A logomarca foi desenvolvida valorizando os seguintes aspectos: **a)** ambiente escolar (a exemplo da camisa “vestida” pela personagem que representa as/os estudantes, remetendo ao uniforme escolar); **b)** alimentar (como o prato azul, onde comumente são servidas as refeições às crianças); e **c)** humanos e identitários (com a/o estudante representada/o por uma criança negra, com traços que tanto podem remeter ao feminino quanto ao masculino).

Definidos o nome e a identidade gráfica, a equipe do GT-Metodologia elaborou o folheto de apresentação da iniciativa e foram definidos os lançamentos estaduais para o mês de outubro de 2019, quando se comemora o Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro). As ações seguiram o planejamento já proposto pelas organizações locais, dentro de suas agendas e realidades específicas, em uma dinâmica descentralizada e horizontal, mas orientadas por um cronograma em comum. Essa decisão reforça o entendimento político da ANA sobre a comunicação enquanto direito e sobre a importância da democratização da informação.

A divulgação dos eventos, publicações e peças de comunicação foi realizada de forma conjunta em diferentes perfis das organizações da ANA e do FBSSAN nas redes sociais, potencializando o alcance dos conteúdos a diferentes públicos, em uma estratégia de “estourar a bolha” e dialogar com toda a sociedade, com resultados positivos.

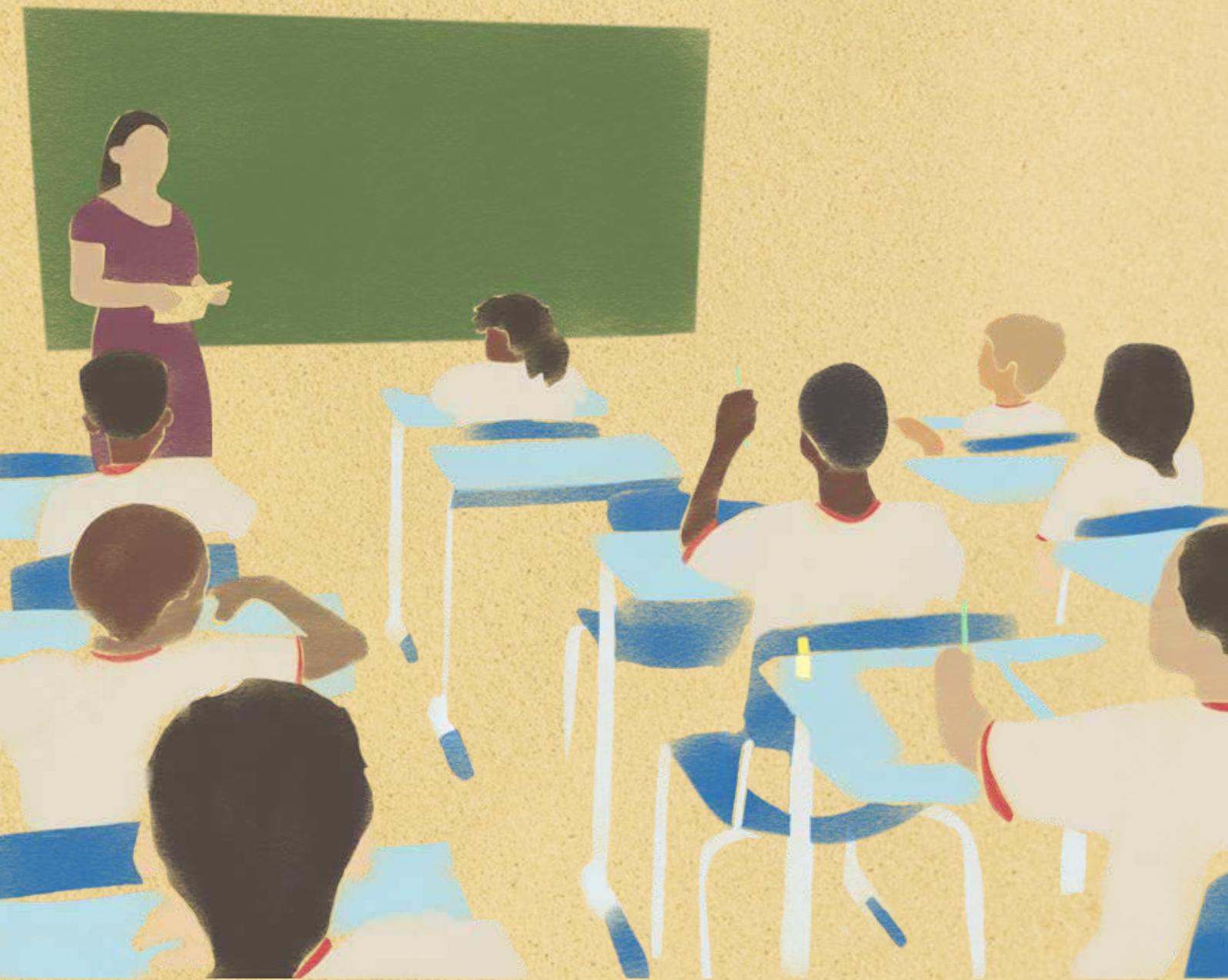
Importante ressaltar também que a proposta metodológica partiu do pressuposto de que a comunicação deve ser compreendida como um eixo estratégico da pesquisa-ação, abrangendo atividades desenvolvidas nacionalmente e nos territórios. Nessa perspectiva, buscou-se não somente garantir que a comunicação contemplasse um conjunto de produtos conectados à proposta, mas que fosse também objeto de pesquisa e análise crítica das/os participantes.

Com a pandemia da Covid-19 e os desafios apontados pelos territórios no âmbito da pesquisa-ação, as ações de comunicação popular se constituíram como estratégias de incidência nos territórios. No âmbito nacional, a partir da adaptação da rota, entre junho e outubro de 2020, foi criada e desenvolvida a campanha de comunicação **Agricultura Familiar é Saúde na Alimentação Escolar**, que visou destacar a importância desse setor para a alimentação da população, em especial das/os estudantes; e oferecer ferramentas para pressionar governos municipais e estaduais a manter a oferta de alimentos para as/os estudantes da rede pública, bem como a compra da agricultura familiar, durante o período de interrupção das aulas por causa da pandemia.

O plano de ação foi composto por diversas iniciativas, com conteúdos em diferentes linguagens, produzidos a partir do que ocorria nos territórios da pesquisa-ação. Algumas delas foram a convocação para o envio de vídeos com depoimentos de estudantes, gestoras e gestores públicos, agricultoras e agricultores contando sobre suas realidades e sobre a importância do Programa, seja na alimentação ou na comercialização. Também houve a participação em seminários virtuais e em programas de TV e rádio, bem como a publicação de matérias em sites parceiros da ANA.

Integrou os materiais dessa campanha um documento com agenda propositiva sobre o PNAE para as eleições municipais de 2020, elaborado pelos integrantes do FBSSAN. Além de divulgado nas redes da ANA, o documento também compôs os materiais de outra campanha realizada pela Articulação no período, intitulada **Agroecologia nas Eleições** (voltada à promoção da agenda da agroecologia nas eleições municipais de 2020).

No decorrer da pesquisa-ação, percebeu-se a necessidade de denunciar casos em que os governos municipais e estaduais deixaram de adquirir produtos da agricultura familiar durante a pandemia, voltando a oferecer alimentos processados, bem como de evidenciar os riscos ao contínuo desmonte do PNAE, percebido pela diminuição do valor destinado à compra da agricultura familiar nas chamadas públicas e agravado nesse período.



# CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO PARA O PNAE NOS TERRITÓRIOS DA PESQUISA-AÇÃO COMIDA DE VERDADE

Neste capítulo, apresentamos uma breve caracterização das experiências de aquisição e/ou fornecimento para o PNAE nos territórios da pesquisa-ação até o período que antecedeu a pandemia.

Em alguns territórios da pesquisa — como será apresentado mais adiante —, o contexto da pandemia e de mudanças nas gestões municipais (com as eleições de 2020) foi marcado pela suspensão ou redução na aquisição de alimentos para o PNAE.

Nas páginas a seguir, as experiências de aquisição e fornecimento para o PNAE serão detalhadas.



## Morros (MA)

O município de Morros está localizado na região do Baixo Munim, no Maranhão, e tem a agricultura familiar como sua base econômica. Há uma forte atuação de agricultoras/es assentadas/os organizadas/os no Sindicato das/os Trabalhadoras/es Rurais de Morros (STTR). Foram analisadas as experiências de fornecimento de alimentos agroecológicos para a alimentação escolar da rede municipal de educação de Morros realizadas pela **Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Povoado Patizal** e pela **Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Povoado Mirinzal**. Tais associações estão localizadas no Assentamento Rio Pirangi e contam com a assessoria da Associação Agroecológica Tijupá, organização que desenvolve ações de mobilização, formação, incidência política e assistência técnica para o acesso da agricultura familiar ao PNAE no Baixo Munim.

A rede municipal de ensino é composta por 37 escolas, com um total de 4.524 estudantes, somando a educação infantil e fundamental.<sup>1</sup> A Secretaria Municipal de Educação de Morros realizou a primeira chamada

1 - Para caracterizar o tamanho da rede municipal de ensino, foram consultados os dados disponibilizados pelo Censo Escolar 2021.

pública do PNAE em 2011, sendo pioneira na região. Por questões documentais, apenas em 2012, as/os 36 agricultoras/es do município, organizadas/os em grupos informais e com participação predominante de mulheres (80%), conseguiram vender para o município. O cardápio da alimentação escolar conta com mais de quarenta produtos da agricultura familiar — como murici, acerola, vinagreira, macaxeira e cará — e tem potencial de ampliação à medida em que se avança na superação dos entraves referentes à legislação sanitária.

Com o acesso continuado ao PNAE, os grupos informais de mulheres de Patizal conseguiram se organizar melhor e passaram então a vender para o Programa via Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Povoado Patizal. Da mesma forma, em Mirinzal, o acesso continuado ao Programa colabora para melhorar a gestão da associação, que destina 5% de todas as vendas do PNAE para cobrir as despesas de contabilidade e outras da organização como um todo, contribuindo assim para sua regularidade fiscal e documental.



## São José do Egito (PE)

Localizado no Sertão pernambucano do Pajeú, com predomínio do bioma Caatinga, São José do Egito tem uma rede municipal de ensino constituída por 20 escolas, atendendo diariamente aproximadamente 5 mil estudantes.

A **Associação de Apicultores e Meliponicultores Orgânicos do Alto Pajeú (APOMEL)**, com a assessoria da Diaconia, começou a fornecer alimentos para a rede municipal em 2010. Até o momento da realização da pesquisa de campo, os gêneros fornecidos eram mel, polpa de frutas, carnes, peixes, ovos, frutas, verduras, temperos e ervas.

A comercialização para o PNAE contribuiu para maior geração de renda, mais autonomia para as mulheres, ampliação e diversificação da produção, fortalecimento dos processos de organização e de planejamento da associação e inserção em outros mercados, como feira agroecológica e diversas modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Alguns dos desafios identificados pela experiência de fornecimento para o PNAE de São José do Egito foram: aceitação de alguns alimentos pelas merendeiras e estudantes; acesso a determinadas tecnologias e

estruturas para processamento de alimentos, principalmente em relação ao atendimento de exigências para o registro sanitário; diferença entre a quantidade prevista na chamada pública e a quantidade entregue.

Destaca-se a atuação articulada de organizações da agricultura familiar, a partir da Rede Pajeú de Agroecologia, para o fortalecimento do Programa e das compras públicas nos demais municípios que compõem o Sertão do Pajeú.



## Remanso (BA)

O município de Remanso está localizado no semiárido baiano (Sertão do São Francisco), no bioma Caatinga. A rede municipal de ensino, composta por 95 escolas, possuía, em 2021, 7.467 estudantes matriculados. A primeira aquisição de alimentos da agricultura familiar, via chamada pública, foi no ano de 2010. Em 2017, a partir das ações de mobilização social, a Prefeitura passou a comprar alimentos de origem animal, como a carne de bode e o pescado artesanal. O município conta com o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) implementado.

A experiência de fornecimento de alimentos agroecológicos para o PNAE — e também para o PAA — envolve diferentes grupos informais e associações da agricultura familiar, assentadas/os da reforma agrária e pescadoras/es artesanais, assessoradas/os pelo SASOP, contando com um forte protagonismo de mulheres.

A **Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Remanso (APPR)**, criada em 2009 e formada majoritariamente por mulheres, realiza o beneficiamento do pescado artesanal oriundo do rio São Francisco. Até 2019 (antes da pandemia), a associação fornecia filé e conserva de peixe (cozido em molho de tomate), linguiça, almôndega e hambúrguer para 22 escolas da rede municipal de Remanso.

A trajetória de fornecimento do pescado artesanal para a alimentação escolar local estimulou a estruturação e o fortalecimento das ações desse grupo de mulheres, assim como a valorização da identidade e da cultura alimentar local.

Foi criada uma comissão formada por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e do Poder Público local,

envolvendo sindicatos de trabalhadoras/es rurais, professoras/es, secretarias municipais de Educação e de Agricultura, Conselho de Alimentação Escolar (CAE), mães e pais de alunas/os e organizações da agricultura familiar. A comissão teve como objetivo facilitar o diálogo entre as partes envolvidas no processo de comercialização, tendo contribuído com a construção da chamada pública, definindo produtos e logísticas de entrega.



## Cuiabá (MT)

Capital do estado do Mato Grosso, Cuiabá tem aproximadamente 650 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022. A experiência analisada pela pesquisa-ação se refere ao fornecimento de alimentos agroecológicos diversificados (frutas, legumes, verduras e polpa de frutas) pela **Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA)** e pelo **Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)** para 72 escolas estaduais de ensino médio localizadas no município de Cuiabá. A gestão da alimentação escolar estadual é escolarizada, ou seja, cada escola é responsável por gerir os recursos e efetuar a aquisição dos alimentos.

Essas organizações, assessoradas pela FASE - Solidariedade e Educação, iniciaram as vendas para o mercado institucional da alimentação escolar, respectivamente, nos anos de 2009 e 2010. Elas integram o Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS), que articula organizações e movimentos que atuam com agroecologia no estado do Mato Grosso.

Somando as duas organizações, 140 pessoas, majoritariamente mulheres, estão envolvidas nas atividades de produção e comercialização de produtos para a alimentação escolar. São assentadas/os da reforma agrária, agricultoras/es familiares, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, indígenas e extrativistas, com destaque para grupos informais de jovens e para o grupo informal de mulheres da ARPA.

A experiência de acesso ao PNAE abriu outros mercados para as associações, como a entrega de cestas para consumidoras/es solidárias/os em Cuiabá, aproveitando os meios de transporte usados para a entrega dos alimentos nas escolas, o que deu origem à “Rota de Comercialização Caminhos da Agroecologia”.



## Belo Horizonte (MG)

Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, é uma metrópole com aproximadamente 2 milhões e 300 mil habitantes. A rede municipal de ensino público é composta por 707 escolas e o programa de alimentação escolar serve, diariamente, cerca de 400 mil refeições por dia.

Nesse território, as atividades da pesquisa-ação foram acompanhadas pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), que atua assessorando organizações da agricultura familiar e urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e no leste de Minas Gerais.

Foi analisada a experiência de aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, no âmbito do PNAE, pela prefeitura de BH. O município criou, através da Lei n. 11.198/2019, a Política Municipal de Alimentação Escolar (PMAE-BH). A gestão é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), por meio da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), de forma articulada com a Secretaria Municipal de Educação (SMED). É centralizada, ou seja, toda a execução do programa — desde o planejamento do cardápio, passando pela compra, supervisão e logística de distribuição — é gerenciada pela Prefeitura.

Apesar de o município ter realizado a primeira compra da agricultura familiar ainda em 2011, o percentual de 30% nunca foi atingido.<sup>2</sup> Chama atenção, também, o fato de que nenhuma das compras nos últimos anos (até 2021) tenha sido feita das organizações da agricultura familiar da RMBH ou do Colar Metropolitano. Alguns pontos indicam os desafios inerentes à execução da compra da agricultura familiar pelo PNAE em um contexto metropolitano, como a complexidade logística, especialmente na entrega ponto a ponto (da organização da agricultura familiar direto para cada unidade escolar), ou outros entraves enfrentados, como falta de acesso à DAP (Documento de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) e a limitação da capacidade produtiva das organizações de agricultura urbana na RMBH.

2 - Os dados sobre o percentual de aquisição de alimentos foram coletados até o ano de 2021.



## São João das Missões (MG)

São João das Missões, município do norte de Minas Gerais, com predominância do bioma Cerrado, possui cerca de 13 mil habitantes. Quase 80% da sua área territorial corresponde à **Terra Indígena Xacriabá**, num total de 10 mil indígenas vivendo em 32 aldeias. Desde 2005, a Prefeitura é administrada por prefeitos indígenas, além de a Câmara de Vereadores também ser composta, em sua maioria, por indígenas da etnia Xakriabá.

No âmbito da pesquisa-ação, foi analisada a experiência de aquisição e fornecimento de alimentos produzidos pelas comunidades indígenas da Terra Xakriabá para dez escolas indígenas localizadas no município de São João das Missões. Apesar de fazerem parte da rede estadual de ensino, as escolas indígenas têm a gestão “escolarizada” do PNAE, ou seja, a própria escola é a unidade executora do Programa, recebendo os recursos em conta específica e ficando responsável pela compra dos alimentos.

Desde 2010, há iniciativas de compra direta das/os agricultoras/es familiares (indígenas), com adequação dos editais de compra, e, mais recentemente, uma tentativa de planejamento conjunto entre as/os produtoras/es e as escolas para potencializar as aquisições. São comercializadas para a alimentação escolar polpa de frutas nativas, frutas, raízes e hortaliças em geral.

Entendendo a organização da produção como um dos principais desafios para aumentar o volume de alimentos comercializados com as escolas, desde o início dos anos 2000, as/os Xakriabá e suas associações vêm aumentando esforços para a elaboração e execução de projetos, em especial na qualificação da produção e na construção de unidades coletivas de beneficiamento, com destaque para a produção de farinha, polpa de frutas e pequi. Parte dessas iniciativas de organização e beneficiamento da produção são acompanhadas/assessoradas pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM).





## Paraty (RJ)

Localizado no litoral sul do estado do Rio de Janeiro (bioma Mata Atlântica), o município de Paraty tem cerca de 44 mil habitantes. A rede municipal de ensino é composta por 34 escolas, tendo a primeira compra de produtos da agricultura familiar acontecido somente em 2014. Desde então, o município tem executado as compras próximo dos 30% determinados na lei, com exceção do ano de 2020, em que foram praticamente interrompidas.

Foram analisadas as experiências de acesso ao mercado institucional da alimentação escolar do município de Paraty por parte da **Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC)** e da **Associação Agroecológica de Produtores Orgânicos de Paraty (AAPOP)**. Tais experiências são acompanhadas pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). O observatório atua na região da serra da Mantiqueira entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Destaca-se, ainda, a atuação em rede através do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

As duas associações têm trajetórias bem distintas de acesso a esse mercado, mas ambas se beneficiaram do processo como estímulo à melhoria de sua organização. A AAPOP foi criada em 2013 com o objetivo de unir as famílias agricultoras de diferentes comunidades que tinham práticas de manejo orgânico, estimuladas, inclusive, pela mobilização do município para as compras da agricultura familiar para o PNAE. Já em 2014, fizeram sua primeira venda para as escolas da rede municipal e, graças a esse processo, a associação se organizou para se tornar uma organização de controle social (OCS), tornando-se a única organização de Paraty que vende seus produtos como orgânicos para o PNAE.

Por outro lado, a AMOQC, apesar de ter sido criada ainda em 1994 com o objetivo de organizar o movimento quilombola na comunidade, somente em 2007 começou a reunir as/os moradoras/es com foco na organização comunitária em torno da agricultura agroecológica, quando foi fundado o Grupo de Agroecologia do Quilombo do Campinho da Independência. Em 2020, pela primeira vez, o grupo se estruturou através da participação de três famílias no acesso ao PNAE, entregando alimentos para escolas da rede municipal de Paraty, contribuindo com sua experiência organizativa e de luta para o fortalecimento da organização das famílias agricultoras nas outras iniciativas que envolvem a agricultura familiar do município.



## Ubatuba (SP)

Ubatuba está localizado no litoral norte do estado de São Paulo (bioma Mata Atlântica) com uma população de, aproximadamente, 92 mil habitantes. A rede municipal de ensino possui 48 escolas municipais.

A pesquisa-ação analisou a experiência da **Associação de Bananicultores do Sertão de Ubatumirim (ABU)** de acesso ao PNAE no município de Ubatuba. Esta experiência também conta com o acompanhamento do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

Criada nos anos 1980, a ABU inicialmente era uma associação que mobilizava bananicultores de Ubatuba como um todo, mas, em 2006, após certa desmobilização, passou a atuar somente dentro da comunidade de Ubatumirim. Hoje, cerca de seis famílias agricultoras do Sertão de Ubatumirim compõem a associação e se organizam socialmente para a produção agroecológica, o beneficiamento e a comercialização. A ABU realizou sua primeira venda para o PNAE em 2014 e, desde então, fornece seus produtos para escolas da rede municipal de Ubatuba. Estimulada pela participação no Programa, se formalizou como organização de controle social (OCS), sendo uma das poucas organizações que vendem seus produtos como orgânicos para o PNAE no município. Até 2021 era a única organização coletiva e agroecológica de Ubatuba que abastecia o Programa.



## São João do Triunfo (PR)

Localizado no sudoeste do Paraná (bioma Mata Atlântica), São João do Triunfo é um município com 13.726 habitantes, cuja rede pública de ensino atende cerca de 1.400 estudantes em 10 escolas. Em 2017, foi aprovada uma lei que criou um programa municipal de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

A análise teve como foco a experiência da **Cooperativa Mista Triunfense dos Agricultores e Agricultoras Familiares (COAFTRIL)**, assessorada pela AS-PTA, no fornecimento de alimentos para o mercado institucional da alimentação escolar no âmbito da rede municipal de ensino de São João do Triunfo e também para as escolas estaduais que estão localizadas no município.



## Panorama da aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE

A busca pelos dados sobre a execução do PNAE, em especial o percentual de compra da agricultura familiar, foi efetuada junto às prefeituras municipais e/ou governos estaduais e também no Sistema de Gestão e Prestação de Contas Online (SIGPC) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A comparação entre essas duas fontes, em alguns casos, foi discordante, mostrando que a transparência e o acesso a informações qualificadas ainda representam desafios.

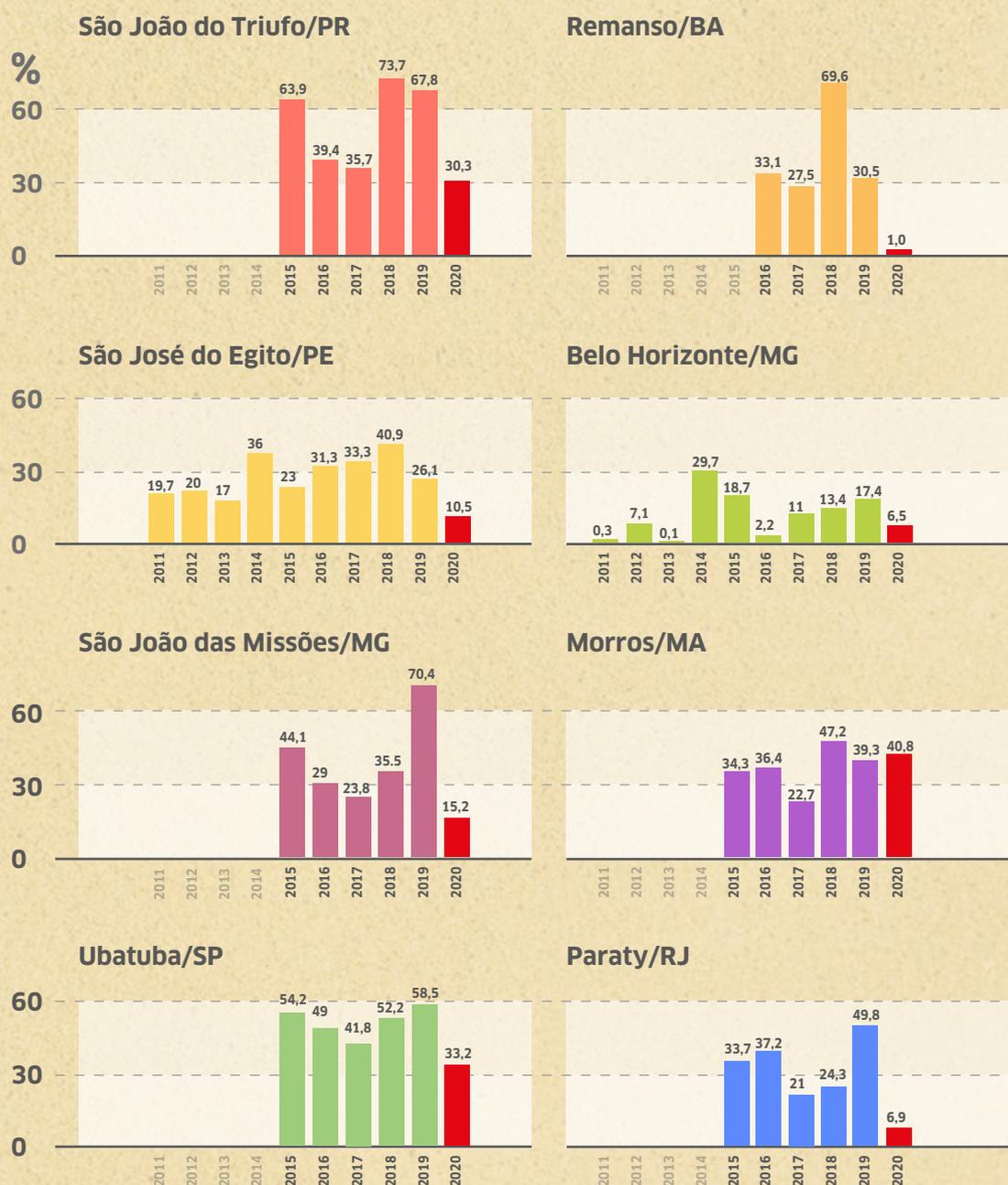
O olhar para a série histórica da aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE permite traçar um panorama sobre em que medida foram criadas e ampliadas oportunidades ou obstáculos. A observação dos dados aponta para uma ampliação gradual da aquisição em todas as experiências até o ano de 2018. Esse aumento progressivo também marcou o cenário nacional, sendo, contudo, observada uma queda em 2017 (SCHOTTZ, 2019). Segundo o FNDE (BRASIL, 2021), nos anos de 2018 e 2019, houve aumento do percentual de compra da agricultura familiar, alcançando 35,45% e 36,90%, respectivamente. Por outro lado, não foram disponibilizados dados que possibilitem avaliar se esse aumento foi acompanhado de maior concentração do mercado institucional da alimentação escolar por cooperativas de maior porte, em detrimento de grupos locais, grupos de mulheres e povos e comunidades tradicionais, como identificado em 2017. Cabe, portanto, ressaltar os possíveis impactos sofridos pelo PNAE devido ao desmonte e enfraquecimento das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de apoio à agricultura familiar (SANTARELLI; BURITY, 2019).<sup>3</sup> Possivelmente, como a pesquisa-ação foi realizada em municípios com forte atuação social, essa queda só começa a ser observada a partir de 2019. Na Figura 1, apresentam-se os dados de aquisição de produtos da agricultura familiar por municípios.



3 - Para saber mais sobre o desmonte das políticas de SAN consulte o *Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome*, que fala sobre o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas, publicado em 2019 pela FIAN Brasil em parceria com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SANTARELLI; BURITY, 2019).

Figura 1

## Aquisição de produtos da agricultura familiar pela gestão municipal e ano (%)



Fonte: Sistema de Gestão e Prestação de Contas (SIGPC/FNDE)

No caso de Cuiabá, a pesquisa não contemplou a rede municipal de educação, apenas as escolas estaduais que estão localizadas no município. No SIGPC, fonte das informações deste gráfico, não estão disponibilizados dados por escolas (unidades executoras). Na base de dados do governo estadual, à época da pesquisa, não foi possível ter acesso a informações referentes às escolas localizadas em Cuiabá.

A crise sanitária provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 impactou duramente a aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE, ampliando as perdas que já ocorriam em anos anteriores. Os dados do município de Remanso (BA), por exemplo, ilustram bem essa observação. Estudo realizado por Corrêa et al. (2022) destacou que, no período de fechamento das escolas, em substituição ao fornecimento de refeições, 55% das 27 Unidades da Federação distribuíram kits de alimentação, 26% forneceram vale-alimentação e 19% disponibilizaram ambos: kits de alimentação e vale-alimentação.

Para além dos entraves impostos pela conjuntura nacional, cada contexto local pode apresentar obstáculos específicos associados a burocracia, dificuldades de diálogo, mudanças na gestão pública, desafios logísticos e barreiras operacionais na execução do PNAE.

Seguindo a lógica de incorporar um olhar sobre a trajetória da agricultura familiar no PNAE, foi construída uma linha do tempo para identificar quando as organizações participantes da pesquisa-ação começaram a fornecer alimentos para o Programa, como mostra a Figura 2.



Figura 2

## Ano do início do fornecimento ao PNAE efetuado pelas organizações que participaram da Pesquisa-Ação



Fonte: Agroecologia em Rede

Sabe-se que municípios e estados encontram barreiras e facilidades variadas no caminho da efetivação da inclusão da agricultura familiar no PNAE. A obrigatoriedade da utilização de 30% dos recursos do FNDE para compras de produtos da agricultura familiar, prevista na Lei n. 11.974, é de 2009, mas foram necessários tempos e estratégias diferentes para a sua execução. No caso específico dessa etapa da pesquisa-ação, 10 das 12 organizações participantes informaram quais municípios/estados começaram o processo de aquisição entre 2009 e 2011.

Um dos principais aspectos que as experiências sistematizadas apontam é que o acesso continuado ao mercado institucional da alimentação escolar, ao longo de vários anos, tem propiciado o fortalecimento das dinâmicas organizativas da agricultura familiar, em especial de grupos de mulheres e de povos e comunidades tradicionais, a diversificação da produção, a ampliação da capacidade de beneficiamento de alimentos (como, por exemplo, as cozinhas coletivas geridas por grupos de mulheres que produzem pães e biscoitos à base de frutas nativas), e estimulado a formação de grupos para certificação da produção orgânica. Cabe, nesse sentido, destacar que os mercados institucionais impactam a renda das famílias agricultoras, assim como possibilitam maior visibilidade para a agricultura familiar, a construção de novas relações entre rural e urbano e a proposição de estratégias coletivas e contra-hegemônicas de produção de alimentos (PEREZ-CASSARINO et al., 2016).

Em Ubatuba (SP), a Associação de Bananicultores de Ubatumirim (ABU) conseguiu certificar a sua produção agroecológica por meio da criação de uma organização de controle social (OCS), passando, dessa forma, a fornecer para o programa de alimentação escolar do município com o acréscimo de 30% no valor, conforme previsto na resolução do PNAE que regulamenta a compra da agricultura familiar. Para a associação, a OCS também fortaleceu outros mercados, como a feira nova, realizada toda quarta-feira no centro de Ubatuba. Essa experiência incentivou a formação de mais duas OCSs vinculadas a organizações da agricultura familiar no município.

De acordo com o Decreto n. 6.323/2007 — que regulamenta a Lei de Produção Orgânica (Lei n. 10.831/2003) —, a agricultura familiar e suas organizações podem comercializar seus produtos diretamente aos consumidores, como é o caso das feiras, cestas, grupos de consumidores ou mercados institucionais (PAA e PNAE), sem a necessidade de certificação, desde que estejam vinculados a uma OCS<sup>4</sup> e que seja assegurada a sua rastreabilidade.

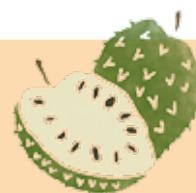
Na experiência de Morros (MA), por exemplo, a Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Povoado Mirinzal e a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Povoado Patizal se articularam para obter a DAP (Documento de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) do tipo Jurídica,

---

4 - O Decreto n. 6.323/2007 define como organização de controle social (OCS) um grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado a/o agricultora/or familiar em venda direta, previamente cadastrada/o no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, e reconhecido pela sociedade.

passando a acessar o PNAE como grupo formal, o que garante prioridade na chamada pública local.<sup>5</sup> Havia a compreensão, por parte das organizações, de que a informalidade dos grupos também dificultava o acompanhamento da execução pela gestão do Programa, gerava mais ônus — logístico, entre outros — para as/os agricultoras/es e fragilizava o processo de incidência desses coletivos. Cabe destacar o fortalecimento da organização das mulheres, que passaram a se agrupar em coletivos produtivos e de processamento de alimentos, mistos ou exclusivos de mulheres (caso do Grupo de Mulheres Sabores da Terra), ou constituindo espaços formais, como a Cooperativa Agroecológica e Solidária do Baixo Munim (COOPERMUNIM) e a Associação de Mulheres Unidas pela Agroecologia.<sup>6</sup>

## O PNAE e o fortalecimento da organização produtiva das mulheres



Em Morros (MA), a Associação de Mulheres Unidas pela Agroecologia, constituída em 2019, agrega um grupo de 42 mulheres de mais de 7 comunidades do assentamento que decidiram criar um espaço próprio de representação para que se fortaleçam tanto nos aspectos da produção e comercialização quanto no campo político. A formalização da associação de mulheres resulta de processos de empoderamento e aprendizagens individuais e coletivas e vem suprir, entre outras questões, a necessidade das agricultoras que não conseguiam acessar o PNAE através de suas organizações comunitárias.

Em Remanso (BA), no âmbito da Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Remanso (APPR), formou-se um grupo produtivo de mulheres que passou a comercializar para o PNAE. Segundo as organizações locais que participaram da pesquisa-ação, o acesso ao PNAE foi especialmente importante para as mulheres, que passaram a se organizar em torno do beneficiamento do pescado e também de outros produtos agrícolas, o que favoreceu a geração de renda e a autonomia, o fortalecimento da atuação em iniciativas econômicas coletivas, gerando circuitos de produção, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos.

A pesquisa apontou que, com a assessoria das organizações não governamentais (ONGs) prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que atuam nos territórios, ao longo

5 - De acordo com o marco legal do PNAE, os grupos formais são considerados como prioritários no processo de seleção por chamada pública, em relação aos grupos informais e às/aos fornecedoras/es individuais.

6 - Todavia, a pesquisa identificou que há mulheres assentadas que permanecem acessando o PNAE por meio da DAP do marido, por não constarem da relação de beneficiárias/os do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

dos anos, foram sendo constituídos novos grupos formais e informais que passaram a fornecer para o PNAE, bem como foram adotadas estratégias para o fortalecimento das dinâmicas organizativas da agricultura familiar e de sua capacidade de atendimento às demandas do mercado institucional, como, por exemplo: **i)** a formação de um fundo de reserva a partir de um percentual sobre o valor comercializado; **ii)** divisão em grupos para o gerenciamento da produção (entrega, beneficiamento, finanças, pagamento); **iii)** cursos de formação em gestão. Ao acessarem o Programa de forma contínua, os grupos produtivos buscaram se estruturar para atender as demandas apresentadas pela gestão da alimentação escolar relacionadas à adequação das embalagens, rotulagem e processamento de alguns alimentos, otimizando o processo de preparação das refeições pelas merendeiras. Alguns grupos também conseguiram se articular em parceria com organizações de ATER para a implantação de unidades de beneficiamento/processamento da produção, como é o caso da Terra Indígena Xakriabá (MG).

## Unidade de beneficiamento de frutas na Terra Indígena Xakriabá



Como parte da estratégia de acesso ao mercado institucional, foi instalada uma unidade de beneficiamento de frutas na Terra Indígena Xakriabá, a partir do apoio e assessoria da ong CAA-NM. Em diálogo e articulação com as direções das escolas indígenas (que têm gestão escolarizada do PNAE), a comunidade indígena passou a fornecer uma grande diversidade de frutas congeladas. Cabe destacar que, ao contrário da polpa de frutas, as frutas congeladas não precisam de registro sanitário.

O fornecimento de frutas congeladas contribuiu muito para a redução das perdas da safra e para que fosse ampliada a variedade e quantidade de produtos comercializados pela Terra Indígena para o PNAE e, por conseguinte, também houve aumento na renda das/os indígenas que participam do Programa. De outro lado, as escolas indígenas puderam ampliar a oferta de frutas nativas do Cerrado para as/os estudantes, como o umbu e o pequi. A percepção local é que a oferta de frutas nativas pelas escolas tem estimulado a própria comunidade a substituir o consumo de refrigerantes por sucos de fruta nas reuniões e celebrações das aldeias.

A gestão escolarizada do PNAE é um componente estratégico na experiência Xakriabá, pois tem possibilitado um diálogo mais próximo com as direções das escolas para adequação do processo de compra e fornecimento à dinâmica da produção indígena, bem como do cardápio, que passou a incluir alimentos da cultura indígena local nas refeições servidas diariamente às/aos estudantes.

O processo de diálogo entre as lideranças indígenas e as/os gestoras/es das escolas permitiu grandes avanços na inserção dos produtos de roças, quintais e do extrativismo local, que aos poucos foram sendo inseridos na alimentação escolar, substituindo gradualmente os produtos processados e ultraprocessados dos cardápios. Entre 2010 e 2019, as/os agricultoras/es indígenas da Terra Indígena Xakriabá chegaram a fornecer vinte produtos para o programa de alimentação escolar. Um dos pontos de partida para esta aproximação foi a organização, em 2009, de oficinas sobre alimentação e nutrição indígenas por uma nutricionista vinculada à Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde que atuava na Terra Xakriabá. A partir dessas oficinas, iniciou-se um processo de diálogo e articulação para reformulação do cardápio escolar com produtos da agricultura local.

Dessa forma, no caso dos povos indígenas, a escolarização teve um papel estratégico para aproximar o cardápio da cultura alimentar e produtiva das aldeias, pois possibilitou maior proximidade e articulação entre a direção das escolas, responsáveis pelas compras, e as comunidades indígenas. Por outro lado, destacou-se a ausência de apoio técnico por parte da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais para orientar sobre a elaboração das chamadas públicas, o que dificulta o processo de compra, ao mesmo tempo em que onera e gera insegurança para as direções das escolas indígenas.

Para enfrentar esse desafio, as dez escolas indígenas da Terra Xakriabá passaram a elaborar chamadas públicas coletivas. Inicialmente, faz-se um levantamento da produção junto às/aos agricultoras/es indígenas e à agricultura familiar da região para adequação do cardápio e definição dos gêneros a serem incluídos na chamada. Uma das diretoras envolvidas com esse processo de compra destaca que essa articulação entre as escolas possibilitou otimizar os procedimentos burocráticos, adequar o processo de compra à realidade da produção indígena e à dinâmica de funcionamento das escolas, o que resultou na ampliação dos alimentos fornecidos pelas/os indígenas. Além da realização de chamadas públicas coletivas, envolvendo várias escolas indígenas, a contratação de Responsável Técnica (RT) Indígena pela gestão estadual pode se configurar em uma importante estratégia de fortalecimento do Programa junto aos povos indígenas.

Observou-se que, nas experiências em que a gestão do Programa esteve receptiva ao diálogo e à articulação com as organizações da agricultura familiar e de ATER, foi possível construir estratégias conjuntas para superação de alguns desafios. Nesse caminho, algumas experiências destacaram o papel estratégico da nutricionista RT na articulação intersetorial com outras secretarias e na interlocução com as/os fornecedoras/es da agricultura familiar.

A assessoria técnica de organizações não governamentais também tem tido papel fundamental no apoio aos grupos para acesso ao PNAE, incluindo a assessoria para a elaboração dos projetos de venda, negociação com gestoras/es e organização da produção e da logística de entrega.

O PNAE contribuiu para o fomento da agroecologia nos territórios, sobretudo nos casos em que esteve articulado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tal contribuição ocorre em função do estímulo à diversificação da produção e ao agroextrativismo, proporcionando o fornecimento de alimentos saudáveis sem agrotóxicos para as/os estudantes e a valorização dos alimentos da sociobiodiversidade local. Ao mesmo tempo, o acesso ao Programa tem impulsionado as organizações da agricultura familiar, articulações e movimentos sociais a construir ou ampliarem suas estratégias territoriais de fortalecimento e fomento da agroecologia, de acesso a mercados e de incidência em políticas públicas.

No Sertão do Pajeú (PE), por exemplo, foi somente após a realização de um seminário sobre o PNAE, promovido pelo conjunto de atores da sociedade civil da região, que se iniciou o processo de reorganização da produção agroecológica local com objetivo de apresentar um projeto de venda. Foi a partir da experiência com o PNAE que ocorreu a consolidação de grupos específicos para fortalecer a apicultura no território. Nessa direção, a necessidade de atendimento à demanda do mercado institucional da alimentação escolar estimulou a consolidação de uma dinâmica territorial de planejamento da produção agroecológica para comercialização para o PNAE, combinada com outras estratégias de acesso a mercados, como o PAA, feiras, cestas, etc.

No caso das experiências do Mato Grosso, por exemplo, vimos que, com o passar dos anos, o acesso continuado ao PNAE (e também ao PAA) contribuiu para o fortalecimento da dinâmica organizativa da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) e também para a estruturação da “Rota de Comercialização Território Caminhos da Agroecologia”, em parceria com organizações de assessoria técnica, como o Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) e a FASE - Solidariedade e Educação. Por meio dessa rota, a ARPA passou a ser fornecedora de produtos para as escolas estaduais localizadas em Cuiabá, que fica a mais de 200 km da sede da organização. Além da ARPA, outras quinze organizações da agricultura familiar de Mato Grosso também integram a rota de comercialização.

Através dessa rota, os alimentos agroecológicos circulam pela BR-070, que liga o município de Cáceres à capital, Cuiabá, e pela BR-174, que interliga Cáceres a Comodoro, chegando a percorrer aproximadamente 750 km (ida e volta). Além dessas estradas asfaltadas, a rota também inclui o percurso das comunidades até o acesso dessas rodovias federais por estradas não pavimentadas. Antes da pandemia da Covid-19, chegou-se a articular, através da rota, o fornecimento de produtos para alimentação escolar referente a 117 contratos (escolas estaduais e municipais). Além da entrega para o PNAE, os alimentos agroecológicos que circulam pela rota abastecem feiras, cooperativas de consumidoras/es, mercados, pousadas, cestas agroecológicas e PAA Institucional (Exército e hospitais).

Dessa forma, ao mesmo tempo que a Rota “Caminhos da Agroecologia” amplia o acesso das organizações da agricultura familiar ao mercado institucional da alimentação escolar, também

possibilita a estruturação ou a dinamização de outros mercados e o aumento da disponibilidade de alimentos agroecológicos para a população que reside nos municípios atendidos.

Frequentemente, o PNAE é reconhecido como espaço privilegiado para a realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) (BEZERRA, 2018; SILVA et al., 2018). Esse aspecto está relacionado tanto à presença da/o profissional nutricionista quanto à forma explícita como aparece na legislação. No caso de Belo Horizonte (MG), destaca-se que ações de EAN foram realizadas no âmbito do PNAE, mesmo no contexto da pandemia da Covid-19, o que foi possível pela existência de um setor governamental específico voltado para tais ações.

## Educação Alimentar e Nutricional nas escolas de Belo Horizonte



A Coordenação de Mobilização e Educação para o Consumo Alimentar, que atua vinculada ao Centro de Referência da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) da Prefeitura de Belo Horizonte, tem por objetivo desenvolver ações de EAN e estimular a população a adotar práticas alimentares saudáveis. Em virtude da pandemia da Covid-19, não foram realizadas atividades presenciais diretamente com as/os professoras/es e estudantes. Contudo, foi criado um espaço virtual no site da Prefeitura (BH, 2020) com propostas de atividades de EAN que professoras/es, coordenadoras/es pedagógicas/os e outros atores da comunidade escolar pudessem desenvolver com as/os estudantes e suas famílias. Foram disponibilizadas propostas de atividades lúdicas, catálogo de receitas, publicações e informações sobre o consumo alimentar.

Outro aspecto relevante são as ações educativas desenvolvidas com as merendeiras, descritas nas diversas experiências. Por um lado, tais iniciativas demonstram o reconhecimento do papel dessas trabalhadoras no âmbito do Programa e, por outro, apontam uma lacuna importante que ainda precisa ser preenchida. Dentre os temas tratados, destacam-se as boas práticas de manipulação de alimentos e as oficinas culinárias. Chama atenção o fato de as oficinas terem sido desenvolvidas no âmbito da pesquisa-ação, em sua ampla maioria, em parceria ou mesmo por iniciativa das organizações da agroecologia e agricultura familiar junto com a gestão local do PNAE.

Em Paraty, as organizações que participaram da pesquisa-ação destacaram a realização de um programa contínuo de EAN — o Programa Escola de Comer. Sob a coordenação da Prefeitura de Paraty, o programa conta com a participação de professoras/es, merendeiras, nutricionistas, agricultoras/es familiares e voluntárias/os. O propósito é fortalecer o

programa de alimentação escolar do município, através da sensibilização e formação das merendeiras e do engajamento das mães, pais e responsáveis, aproximando as escolas da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, com implantação de hortas escolares e desenvolvimento de atividades pedagógicas com as/os estudantes voltadas para o incentivo a uma alimentação adequada e saudável. A Associação Agroecológica de Produtores Orgânicos de Paraty (AAPOP) atua em parceria com algumas escolas próximas às comunidades rurais para a implantação de hortas, visitas, entre outras atividades que aproximam a agricultura familiar da comunidade escolar e que valorizam os alimentos regionais presentes no cardápio.

Já a Associação de Moradores do Quilombo do Campinho da Independência (AMOQC) desenvolve ações educativas nas escolas em articulação com o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), através do Programa de Formação para Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina: Comunidades Autônomas e Saberes Livres (CASA Livre).



### **Educação escolar diferenciada: uma experiência de valorização da cultura e dos saberes tradicionais do território da Bocaina (Paraty)**

A AMOQC compõe o coletivo de educação diferenciada de Paraty, que atua em prol do respeito e da valorização da cultura e dos saberes tradicionais do território. Recentemente, após muita mobilização e luta junto à Prefeitura, este coletivo conquistou a implantação do segundo segmento nas escolas do Quilombo do Campinho e de comunidades caiçaras na região costeira (cujo acesso se dá somente por barcos). A agroecologia e a alimentação saudável são prioridades nas temáticas trabalhadas na educação diferenciada e a AMOQC atua na escola do Campinho com a proposta de realizar atividades, em parceria com a escola, que valorizem as culturas alimentares e modos de produção tradicionais, oficinas de educação alimentar, vivências nas roças com as/os alunas/os e com a sensibilização das/os professoras/es e merendeiras.

Os cardápios aparecem como ferramenta de diálogo e de reivindicação para a expressão da cultura alimentar local e de inserção da produção da agricultura familiar. Essa questão foi assim tratada pelas experiências que participaram da pesquisa-ação, em especial em Morros (MA), Remanso (BA), São João do Triunfo (PR) e São João das Missões (MG). Assim como aparece em outros estudos, percebe-se nas experiências que o cardápio escolar tem potencial para dialogar com questões de sustentabilidade, cultura e direito à alimentação (SOUSA et al., 2015; SOUSA et al., 2013).

Ainda como aspecto relevante, podemos identificar que processos de incidência e de mobilização em torno da implementação da aquisição de produtos da agricultura familiar são, em si, pedagógicos. A experiência do município de Morros (MA) trata da construção de ferramentas como o Seminário Anual de Avaliação do PNAE e a Feira Agroecológica de Morros, realizada semanalmente, tendo destaque nos relatos pelo potencial de fortalecer o protagonismo das organizações de agricultoras/es locais e por dar visibilidade à produção agroecológica.

### **Seminário Anual de Avaliação do PNAE – Morros (MA)**



Esse foi um espaço criado em 2013 para reunir sociedade civil e executoras/es do PNAE. Participam organizações de agricultoras/es que fornecem para o PNAE, secretarias municipais de Educação e Agricultura, nutricionistas Responsáveis Técnicas/os do PNAE e assessoria técnica (Tijupá). Nos seminários, são tratados temas como: o cardápio e os produtos que o compõem, a temporalidade do lançamento da chamada pública e sua adequação ao calendário agrícola da região, cronograma de fornecimento, definição dos locais de entrega dos produtos, entre outros. Uma grande contribuição dessa iniciativa foi apresentar a demanda e construir estratégias para ampliar o percentual de compra de produtos da agricultura familiar e agroecológica. Destaca-se, ainda, o fortalecimento da participação popular e o controle social do PNAE através dessa iniciativa.

Por fim, um aprendizado relevante relaciona-se ao potencial de consolidação do PNAE e, em consequência, de fortalecimento do mercado institucional para a agricultura familiar e agroecológica, representado pela conquista de legislações municipais próprias.

Em São João do Triunfo (PR) foi publicada a Lei municipal n. 1.730, de 2017, que cria o Programa Municipal de Aquisição de Gêneros Alimentícios pelo Poder Executivo e pelas Repartições Municipais de São João do Triunfo. Por meio dessa legislação, fica garantida a compra de, no mínimo, 30% da agricultura familiar de forma independente dos recursos do PNAE. A conquista dessa lei se deu por importante processo de incidência política e participação popular. Há um grande potencial de inovação nessa iniciativa, uma vez que atua no âmbito do recurso municipal destinado à alimentação escolar.

No caso de Belo Horizonte (MG), destaca-se a criação da Política Municipal de Alimentação Escolar (PMAE-BH), por meio da Lei n. 11.198, de 24 de outubro de 2019, que foi uma conquista importante da sociedade e é coerente com mais de duas décadas de forte atuação de

movimentos populares e organizações da sociedade civil em torno da Segurança Alimentar e Nutricional no município.

Do ponto de vista da execução do Programa, há em Belo Horizonte um arranjo institucional particular, uma vez que as competências são divididas entre duas secretarias municipais: a de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) e a de Educação (SMED).

## Gestão municipal da alimentação escolar em Belo Horizonte



A divisão de competências e atribuições na execução da PMAE-BH apresenta inovações e possibilidades de criação de suporte diferenciado no que diz respeito aos aspectos de burocracia e logística relacionados à alimentação escolar em uma grande metrópole.

Segundo a legislação local, cabe à SMASAC, por meio da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), o planejamento e a execução do orçamento, a aquisição e gestão das compras, a logística de armazenamento e distribuição, o controle de qualidade, a elaboração do cardápio e a supervisão e avaliação da alimentação escolar. A SMED é a responsável pela infraestrutura das unidades de alimentação e nutrição da rede municipal, o que contempla os processos de recebimento, armazenamento, preparação e distribuição das refeições.

A gestão é centralizada, o que contribui para o controle de todo o processo, incluindo aspectos relacionados à qualidade dos produtos e à aplicação dos cardápios. É executada por compra direta com a intenção de redução de despesas, na medida em que favorece a negociação da Administração Pública com as empresas fornecedoras.

No que tange à aquisição da agricultura familiar e agroecológica, cabe destaque à criação do Comitê Gestor de Compras da Agricultura Familiar e Agricultura Urbana, em 2017, e da Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana, que tem como objetivo fortalecer os empreendimentos sociais da agricultura familiar e urbana, funcionando como entreposto de produtos e como um ambiente de cozinha pedagógica, de beneficiamento de alimentos, de armazenamento e de câmara fria.

Não há dúvidas dos impactos da suspensão das aulas em escolas públicas durante a pandemia da Covid-19 em diversos aspectos da Segurança Alimentar e Nutricional — tanto para

estudantes quanto para agricultoras/es. A publicação da Lei n. 13.987/2020, que estabelece em caráter excepcional a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE, durante a suspensão das aulas, não equacionou de forma imediata todos os entraves ao acesso. Foram diversas as estratégias adotadas pelos municípios e estados, incluindo a distribuição de kits, cartões ou refeições para estudantes, com desafios aos aspectos relacionados ao caráter universal da política, aos valores destinados ao PNAE e à manutenção da aquisição de alimentos da agricultura familiar (AMORIM et al., 2020).

O Quadro 4 apresenta um breve panorama da compra de alimentos da agricultura familiar pela alimentação escolar no primeiro ano da pandemia (em 2020), a partir do levantamento feito pelas organizações participantes da pesquisa-ação.

**Quadro 4** - Situação de aquisição de produtos da agricultura familiar (AF) e agroecológica pelo PNAE durante a pandemia da Covid-19 (ano de 2020) por município

MUNICÍPIO	ESTRATÉGIA ADOTADA	SITUAÇÃO DA AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (AF) E AGROECOLÓGICA	
		QUANTIDADE	VARIEDADE
<b>São João do Triunfo (PR)</b>	Kits com aquisição da AF	manteve	aumentou
<b>Morros (MA)</b>	Kits com aquisição da AF	manteve	manteve
<b>Remanso (BA)*</b>	Cesta sem aquisição da AF	-	-
<b>Belo Horizonte (MG)*</b>	Cesta básica sem aquisição da AF	-	-
<b>São João das Missões (MG) / alimentação escolar estadual*</b>	Kits sem aquisição da AF	-	-
<b>São José do Egito (PE)</b>	Kits com aquisição da AF	reduziu	reduziu
<b>Cuiabá (MT) / alimentação escolar estadual</b>	Kits com aquisição da AF	reduziu	reduziu
<b>Paraty (RJ)</b>	Kits (aquisição da AF apenas nos dois primeiros meses)	reduziu	reduziu
<b>Ubatuba (SP)</b>	Kits com aquisição da AF	reduziu	reduziu

**Fonte:** Elaboração própria com base nas informações coletadas pelas organizações participantes da pesquisa-ação.

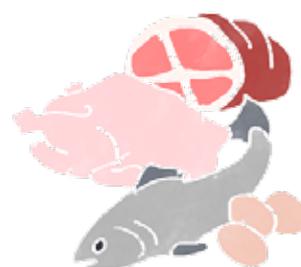
\* Nesses casos, os kits fornecidos às famílias das/os estudantes não incluíam alimentos da agricultura familiar.

Destaca-se, contudo, que durante esse período o município de São João do Triunfo (PR), por exemplo, mostrou experiência exitosa ao aprimorar o espaço de diálogo entre sociedade e governo, e conseguiu não apenas manter a comercialização de produtos da agricultura familiar e agroecológica para o PNAE como também ampliou a diversidade — com as devidas adaptações necessárias ao contexto. O município de Morros (MA) também manteve a aquisição de produtos da agricultura familiar para compor os kits distribuídos às famílias. Neste caso, foram necessárias algumas adaptações, tanto em relação aos alimentos quanto ao seu fracionamento. Em ambos os casos, o percentual de aquisição da agricultura familiar manteve-se acima de 30%.

Observou-se, nesses casos, diante dos desafios relacionados ao fornecimento dos kits de alimentos diretamente para as/os estudantes e/ou suas/seus responsáveis, que o processo continuado de diálogo entre a gestão do PNAE e as organizações fornecedoras resultou em adequações na logística de entrega e na diversidade e quantidade de gêneros, tornando possível a manutenção da aquisição da agricultura familiar mesmo no contexto da pandemia.

Por outro lado, na maior parte dos territórios da pesquisa-ação houve a suspensão ou redução drástica do percentual de recursos destinado à compra da agricultura familiar, inclusive com a interrupção de contratos que estavam em vigência. Chama atenção, por exemplo, o caso do município de Remanso (BA), que chegou a comprar 30% em 2019 (desde 2016, comprava em torno de 30%) e, durante a pandemia, não passou de 1%. No caso de Paraty (RJ), as organizações informaram que, nos primeiros meses de 2020, houve entrega de kits com produtos adquiridos da agricultura familiar a partir de um aditivo ao contrato de 2019. O município chegou a realizar, em maio de 2020, uma chamada pública, mas o processo de compra não se concretizou. Ao longo de 2020, o município destinou apenas 6,9% dos recursos do PNAE para a aquisição da agricultura familiar.

## Pensando o PNAE frente aos seus (nem tão) novos desafios



O acesso continuado ao mercado institucional proporcionado pelo PNAE contribuiu de diferentes formas para a agricultura familiar e agroecológica, impactando em aprendizados que perpassam o fortalecimento da prática extrativista, debates sobre normas sanitárias inclusivas, além da criação, consolidação ou formação de coletivos da agricultura familiar — incluindo organizações de mulheres, indígenas e juventudes.

Interessa ressaltar que as formas de produção familiar e agroecológica que são sistematicamente invisibilizadas — como são os casos da agricultura urbana em Belo Horizonte, da produção

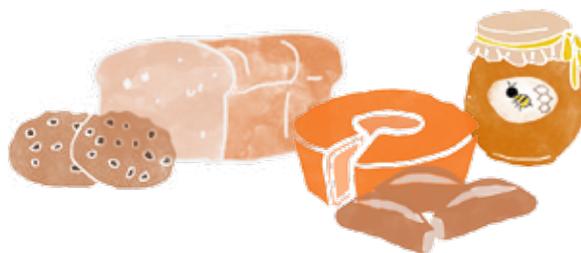
indígena na Terra Xakriabá, das mulheres agricultoras em Morros, das pescadoras em Remanso, das/os assentadas/os da reforma agrária no Mato Grosso, dos quilombolas e populações tradicionais de Paraty e Ubatuba — ganham espaço e se fortalecem com as experiências do PNAE. Desse ponto de vista, é importante reconhecer que o potencial desse mercado institucional não pode restringir suas reflexões aos aspectos quantitativos ou logísticos relacionados ao tema, sob pena de serem realizadas análises simplistas e enviesadas pela visão hegemônica da produção de alimentos. Os aspectos qualitativos de tais experiências são os que mais contribuem para apontar caminhos para a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis, saudáveis e equitativos, que representam o principal desafio civilizatório da atual e das próximas gerações.

A realização dessa pesquisa-ação foi atravessada pelo contexto da crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, que amplificou as consequências das crises econômica, política e social já em curso no país e no mundo. Diante do avassalador aumento da insegurança alimentar em todo o território nacional, o PNAE demonstrou sua relevância estratégica devido à sua capilaridade, ao seu grau de institucionalização e à atuação de atores locais engajados com a causa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

As organizações envolvidas nessa pesquisa-ação atuaram de forma potente nas articulações locais, assim como nos processos de incidência a nível nacional, para que, durante a interrupção das aulas presenciais, a alimentação escolar fosse mantida enquanto um direito, e para que pudesse ser viabilizada a infraestrutura necessária à aquisição de produtos agroecológicos e da agricultura familiar.

Colocado à prova por esse cenário inédito e adverso, o PNAE apontou aprendizados importantes no que se refere à construção de mercados institucionais para a agricultura familiar e agroecológica. A efetivação da aquisição desses produtos exigiu esforço dobrado, tanto do lado da gestão quanto das organizações, o que confirmou o imprescindível papel dos espaços de diálogo e concertação entre os atores envolvidos na execução do Programa. A participação popular ativa e bem-informada representa uma fortaleza essencial a ser garantida em cada território.

Ainda que seja fundamental, a participação popular não é suficiente para ultrapassar as barreiras impostas ao acesso a mercados institucionais. Por exemplo, o discurso que colocou no centro a urgência de garantir a distribuição de alimentos às crianças e famílias em insegurança alimentar com a chegada da pandemia da Covid-19 foi utilizado como pretexto para pressionar a compra nos mercados convencionais, inclusive ampliando a presença de alimentos ultraprocessados nas cestas distribuídas. Esse movimento foi percebido também no âmbito nacional, já que houve, por exemplo, forte *lobby* no Congresso para a criação de reserva de mercado para determinados grupos alimentares — o que favorece o agronegócio.



Desse ponto de vista, é necessário afirmar a importância da vontade política e do compromisso dos governos nas diferentes esferas, para que haja a efetivação do direito à alimentação escolar e o respeito à legislação. Sob esse aspecto, vale a pena ressaltar a importância da defesa do PNAE e de seus princípios num contexto de recomposição das políticas públicas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional. Desde 2022, foi iniciado um grande processo de incidência a favor da atualização do valor *per capita* da alimentação escolar e, conseqüentemente, da revisão do orçamento disponível para o PNAE.

A continuidade da aquisição de produtos da agricultura familiar e da agroecologia durante a pandemia não foi possível em todos os territórios; contudo, onde ela ocorreu, demonstrou-se o potencial para o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, para a geração de renda para as/os agricultoras/es e para a facilitação do fornecimento de comida de verdade para as/os estudantes. Diante do necessário esforço de defesa de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis, cabe chamar a atenção para a importante contribuição dada pelo PNAE.

Ainda que o componente “ação” da pesquisa-ação tenha apontado para importantes iniciativas locais voltadas à formação dos atores envolvidos no PNAE, cabe destacar que comunicar os benefícios da aquisição de gêneros da agricultura familiar e agroecológica ainda representa um grande desafio. O próprio PNAE ainda não é amplamente conhecido e, por isso mesmo, houve tantos esforços no âmbito da pesquisa-ação para divulgá-lo.

O cardápio escolar aparece nas experiências como um instrumento que dá concretude e que é capaz de mediar diálogos muito potentes relacionados à cultura alimentar, à incorporação de produtos da sociobiodiversidade e da agricultura local e às diferentes perspectivas de alimentação adequada e saudável. Materializam-se nos cardápios e nas chamadas públicas os resultados de negociações, disputas e trocas de saberes desenvolvidas em cada localidade.

A análise dos resultados da pesquisa-ação subsidiou a elaboração de um conjunto de recomendações que visam auxiliar órgãos governamentais, integrantes de espaços institucionais de participação democrática — como os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs), os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) e os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) — e gestoras/es envolvidas/os na execução do PNAE no sentido do aprimoramento do Programa e da promoção do direito à alimentação adequada e saudável.

O Quadro 5 apresenta essas recomendações.

## Quadro 5 - Doze recomendações importantes para fortalecer a *Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade*

- 1.** Estabelecer espaços e canais de diálogo permanentes entre organizações da agricultura familiar e as gestões locais do PNAE para diagnóstico de problemas e construção de soluções contextualizadas.
- 2.** Garantir Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para organizações da agricultura familiar e agroecológica, especialmente nos temas relacionados ao planejamento da produção e à construção de soluções relacionadas aos entraves à comercialização e à autonomia econômica das mulheres.
- 3.** Entender o cardápio como instrumento de diálogo entre a sociedade e a gestão local do PNAE, a ser construído a partir de diagnóstico da cultura alimentar local, incluindo aspectos ligados aos hábitos de consumo, produção e biodiversidade.
- 4.** Realizar chamadas públicas para agricultura familiar e agroecológica de forma transparente e democrática, valorizando a participação popular e priorizando a perspectiva do direito à alimentação e da soberania alimentar.
- 5.** Adotar estratégias de incentivo para a aquisição de produtos agroecológicos que viabilizem preço diferenciado conforme previsto na legislação do PNAE.
- 6.** Desenvolver ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) a partir das múltiplas dimensões do direito à alimentação escolar, da transdisciplinaridade e da intersetorialidade.
- 7.** Adotar normas sanitárias inclusivas que levem em conta as especificidades da cultura alimentar, da produção e da biodiversidade local, com incentivo à implantação dos sistemas de inspeção municipal ou consórcios aderidos ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).
- 8.** Elaborar e implementar legislações locais próprias a partir de contribuições de técnicas/os e dos diversos sujeitos de direito envolvidos no PNAE, o que representa potencial para fortalecer o tema na agenda de governo, ao mesmo tempo que permite registrar acordos e soluções específicas para cada realidade.
- 9.** Fortalecer a gestão e o orçamento do PNAE nos âmbitos nacional, estadual, municipal e territorial, a fim de garantir condições para o funcionamento do Programa e o alcance pleno de seus objetivos.
- 10.** Estabelecer mecanismos que permitam a grupos informais acessar o PNAE e, assim, garantir e ampliar a participação de mulheres, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, gerando aprendizado institucional e fortalecimento de organizações locais e fomentando sua auto-organização econômica e política.
- 11.** Fortalecer e apoiar grupos e organizações de mulheres, povos indígenas e comunidades tradicionais para que participem do PNAE, contribuindo, assim, de forma relevante, para a superação de situações de insegurança alimentar, bem como para a promoção do direito à alimentação e à soberania alimentar no contexto do PNAE.
- 12.** Estimular processos continuados de educação e comunicação relacionados à defesa da alimentação escolar como direito e aos benefícios gerados pela implementação da aquisição da agricultura familiar e agroecológica pelo PNAE.

**O acesso ao PNAE pode desempenhar potencial sinérgico no território, de forma a ampliar oportunidades de comercialização de produtos da agricultura familiar e agroecológica e de articulação política, contribuindo para o fortalecimento e o fomento das organizações locais e de ações de incidência nas políticas públicas.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma pesquisa-ação relacionada à aquisição da agricultura familiar e agroecológica no PNAE representou um grande desafio, sobretudo se for considerado o contexto político adverso, a crise econômica e a pandemia da Covid-19, que marcaram sua execução. A construção coletiva de um desenho metodológico com a intencionalidade de construção de conhecimento, sistematização de experiências e de potencialização da capacidade de incidência política tomou como desafio partir de experiências locais construindo um fio condutor nacional, ou seja, com a identificação de barreiras e inovações em cada território para o apontamento de aprendizados coletivos que possam ser compartilhados com os diversos contextos de implementação do PNAE.

Nesse sentido, pode-se considerar como exitosa a realização desse grande mutirão de construção compartilhada de conhecimento que apontou aspectos relevantes para a ampliação da aquisição da agricultura familiar no PNAE e para o fomento da agroecologia nos territórios. Mas, ao mesmo tempo, reforçou a necessidade de ações continuadas e territorializadas de diagnóstico que contribuam para a criação de soluções mais justas e adequadas a cada realidade. As ferramentas e estratégias de coleta de dados construídas coletivamente no âmbito desta pesquisa-ação podem animar e apoiar processos dessa natureza em territórios e realidades diversas.

A construção desse relatório representou a síntese possível de experiências realizadas em territórios que têm como característica compartilhada a existência de organizações da agricultura familiar e agroecológica atuantes e com capacidade de incidência e colaboração com a gestão local do PNAE, além do processo de organização das/os produtoras/es locais.

Por tudo isso, considera-se a publicação deste relatório não como um ponto final, mas como um ponto de recomeço(s). A conjuntura atual nos permite esperar, ao mesmo tempo que exige coragem e convida à ação.

*Que este possa ser  
um instrumento de  
apoio e inspiração para  
continuarmos a construção  
de soluções que permitam  
Comida de Verdade nas  
Escolas do Campo  
e da Cidade.*



## REFERÊNCIAS

AGROECOLOGIA EM REDE. **Faça parte**. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/faca-parte>.

AGROECOLOGIA EM REDE. **Pesquisa-ação**: Comida de Verdade nas Escolas: experiências do PNAE. Nov. 2020-Jan. 2022. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/busca/?mapeamento%5B%5D=pnaeana>.

AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO Jr., J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1.134-1.145, jul./ago. 2020.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Pesquisa-ação “Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade: Agroecologia e Alimentação Escolar”**: caracterização geral das experiências. Boletim n. 1, 19 jan. 2022a. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/01/19/boletim-no1-comida-de-verdade-nas-escolas-do-campo-e-da-cidade-agroecologia-e-alimentacao-escolar>.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Pesquisa-ação “Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade: Agroecologia e Alimentação Escolar”**: caracterização do acesso ao PNAE. Boletim n. 2, 2 set. 2022b. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/09/02/boletim-no2-comida-de-verdade-nas-escolas-do-campo-e-da-cidade-agroecologia-e-alimentacao-escolar>.

BELO HORIZONTE. Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. **Educação alimentar e nutricional em casa e na escola**. 26 maio 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/susan/ean-em-casa>.

BEZERRA, J. A. B. **Educação alimentar e nutricional**: articulação de saberes. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (org.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida, SP: Ideias Et Letras, 2006, p. 21-54.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Informe Agricultura Familiar e PNAE**, n. 04/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/informes/informes-recursos-pnae/2021/INFORMEN4AFepNAE.pdf>.

CINTRÃO, R. P. Segurança alimentar, riscos, escalas de produção: desafios para a regulação sanitária. **Revista Visa em Debate**, v. 5 n. 3, p. 3-13, ago. 2017.

CORRÊA, E. N.; NEVES, J.; SOUZA, L.; LORINTINO, C. S.; PORRUA, P.; VASCONCELOS, F. A. G. School Feeding in Covid-19 Times: Mapping of Public Policy Execution Strategies by State Administration. **Revista de Nutrição**, v. 33, 2020.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M.; MARINS, R. S. **Grupos focais e pesquisa social**: o debate orientado como técnica de investigação. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MANFRE, Vanessa; CASEMIRO, Juliana; SCHOTTZ, Vanessa; MASELLI, Morgana. A (dupla) ofensiva do agro nas escolas. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 5 mar. 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/dupla-ofensiva-do-agro-nas-escolas>.

PEREZ-CASSARINO, J.; MICHELATO, A.; TRICHES, R.; PORTO, S. A promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) por meio do mercado institucional: a experiência brasileira. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

REDE PENSSAN. **VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: [https://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf).

REDE PENSSAN. **II VIGISAN**. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

SANTARELLI, Mariana; BURITY, Valéria et al. **Informe DHANA 2019**: autoritarismo, negação de direitos e fome. Brasília: FIAN Brasil, 2019. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/informe-dhana-2019-faca-download-aqui>.

SCHOTTZ, V. A incorporação de princípios de segurança alimentar e nutricional ao programa nacional de alimentação escolar: trajetória e perspectivas. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 39, n. 1, p. 80-98, 2019. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/89/77>.

SCHOTTZ, V.; CASEMIRO, J. C. Lei da Alimentação Escolar: uma importante conquista da sociedade. In: ARAÚJO, M. A. et al. (org.). **A agricultura familiar e o direito humano à alimentação**: conquistas e desafios. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015, p. 99-107.

SCHOTTZ, V.; CASEMIRO, J.; MASELLI, M.; LONDRES, F. Comida de verdade nas escolas do campo e da cidade: um olhar sobre a inserção de alimentos da agricultura familiar e agroecologia no PNAE. In: OBSERVATÓRIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. **Anuário 2021**: o Programa Nacional de Alimentação Escolar em tempos de pandemia. ÓAÉ, dez. 2021, p. 46-53. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/acervo/anuario-observatorio-da-alimentacao-escolar-oe>.

SCHOTTZ, V.; CINTRÃO, R. P.; SANTOS, R. M. Convergências entre a Política Nacional de SAN e a construção de normas sanitárias para produtos da agricultura familiar. **Revista Visa em Debate**, v. 2, n. 4, p. 115-123, 2014.

SILVA, S. U.; MONEGO, E. T.; SOUSA, L. M.; ALMEIDA, G. M. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 8, p. 2.671-2.681, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K5cbPVhd3tn4gPwQQmYg5km/abstract/?lang=pt>.

SOUSA, A. A.; SILVA, A. P. F.; AZEVEDO, E.; RAMOS, M. O. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, v. 28, n. 2, p. 217-229, mar./abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/fVf9T4PkZvZztSnd75zyZKK/abstract/?lang=pt>.

SOUSA, L. M.; MARTINS, K. A.; CORDEIRO, M. M.; MONEGO, E. T.; SILVA, S. U.; ALEXANDRE, V. P. Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 987-992, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qJqs6t9skFds6CmYBkk873z/?lang=pt>.

STRECK, D. R. Pesquisar é pronunciar o mundo: notas sobre método e metodologia. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (org.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida, SP: Ideias Et Letras, 2006, p. 259-276.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1988.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 1-15, 2010.

VASCONCELOS, E. M. **Educação popular e a atenção à saúde da família**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.





**Comida de verdade**  
nas escolas do  
campo e da cidade



**ARTICULAÇÃO  
NACIONAL DE  
AGROECOLOGIA**



**APOIO**



ISBN 978-65-89039-34-1



9 786589 039341